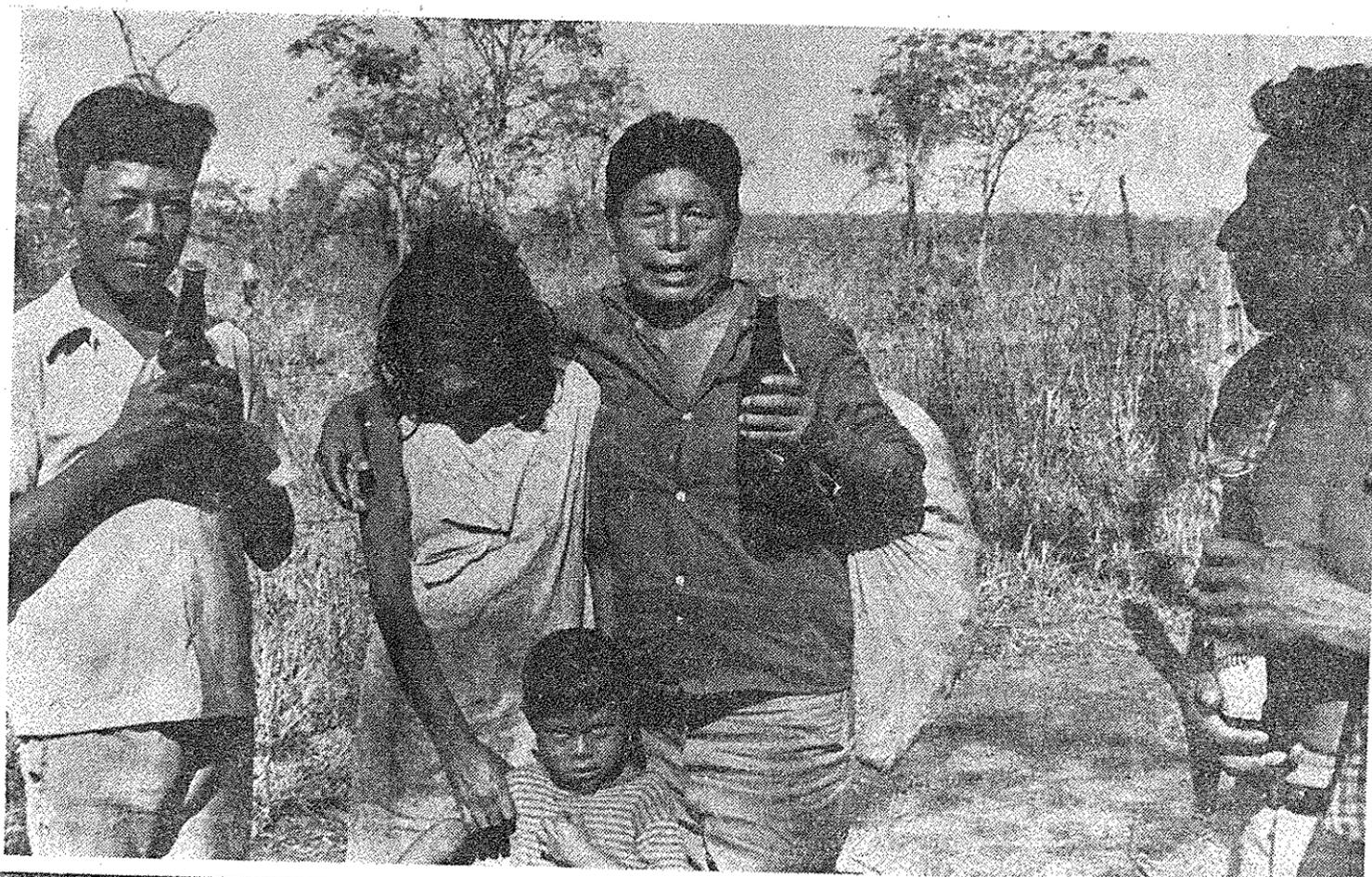


70
27/02/72 Pg
BOR00004

A notícia de que a Fundação Nacional do Índio mantém no Município de Crenaque, em Minas Gerais, uma colônia agrícola destinada a recuperar indígenas delinquentes, foi confirmada neste fim de semana pelo enviado especial do JORNAL DO BRASIL, que acabou sendo expulso do local e ameaçado por soldados da Polícia Militar mineira, "caso insistisse em fazer perguntas e fotografar os prisioneiros na colônia."

Índios delinquentes têm colônia em Minas para recuperá-los



Esta família de índios bororos, de Mato Grosso, vive na colônia de Crenaque, preparando-se para conviver com os membros de sua tribo

CRENAQUE, um lugarejo miserável localizado entre os Municípios de Conselheiro Pena e Resplendor, é cortado ao meio pelo rio Doce e vigiado por soldados da Polícia Militar de Minas Gerais e da Guarda Rural Indígena.

O acesso à colônia penal é vedado a qualquer pessoa, principalmente a jornalistas, e os poucos moradores da localidade contam sempre estranhas histórias sobre tentativas de fuga e violências que ali ocorrem.

Aberração

Por uma estrada extremamente acidentada, que liga Governador Valadares a Resplendor, quase na divisa de Minas com o Espírito Santo, chega-se a Crenaque, lugar de terra boa, onde existe uma estação ferroviária e alguns casebres.

Para se atingir a colônia é necessário, antes, de grande poder de persuasão, traduzido em dinheiro, para que, com boa vontade, um barqueiro — sempre assustado e desconfiado — leve o viajante à outra margem do rio, onde funciona o estabelecimento penal.

A primeira vista, tem-se a impressão de se estar chegando a uma colônia de férias, tal a beleza do local, cercado por serras e coberto por uma variedade exótica de coqueiros. A realidade, entretanto, é outra: Crenaque é exemplo típico do nosso sistema "civilizado", que julga o índio juridicamente irresponsável, mas o pune com a segregação, trabalho forçado e castigos, na maioria das vezes, violentos para os mais recalcitrantes.

Corrompidos pelos vícios adquiridos nessa mesma sociedade que

o segrega, eles roubam, matam ou se revoltam contra os que lhes usurpam o direito de posse de uma terra que sempre foi sua.

Em Crenaque, antes que a polícia exercesse o seu poder de força para expulsar o repórter, uma dezena de índios trabalhava com ancinhos e enxadas sob o olhar vigilante de alguns guardas. Olhares astutados e cabelos curtos, esses índios, que tanto podem ter vindo de Mato Grosso, Goiás, Rondônia ou Pernambuco, observaram curiosos o jornalista.

Um soldado imediatamente se aproximou, perguntando por uma autorização de Belo Horizonte, onde funciona o comando sob as ordens de um capitão. "Boa conversa" não adiantou e poucos minutos depois um rádio em contato direto com a capital mineira transmitia a voz do comandante:

— Ponham o repórter para fora e não o deixem fotografar nada.

E mandando que os soldados o escoltassem até o outro lado do rio, o capitão determinou também que os índios fossem imediatamente "recolhidos aos galpões e trancados, para que nada respondessem."

Mesmo depois da travessia, do outro lado, longe da ação coercitiva dos soldados, no momento em que os galpões eram fotografados com uma teleobjetiva, não foram poupadas ameaças.

O idealizador

A colônia penal de Crenaque nasceu com a formação da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em 1971, composta por índios carajás, maxakalis, gaviões, kraós e xerentes. São ao todo 90 homens

armados, treinados pela Polícia Militar de Minas Gerais, destinados a manter a ordem, a qualquer preço, em suas tribos. Como doutrina, a idéia não era de todo má, pois propunha-se que esses guardas, sobretudo, evitassem a ação de brancos que tomavam terras e induziam os índios a toda sorte de vícios, como a prostituição e o alcoolismo.

Com o tempo a filosofia da Guarda mudou, pois dar uma arna ao índio, e um poder de certa forma autoritário entre os seus, "violenta virtualmente o seu status sócio-cultural." Não só os antropólogos e estudiosos condenam a existência dessa Guarda, como o registro já bastante volumoso de suas ações caracteriza bem o problema: recentemente, na ilha do Bananal, assassinaram um fazendeiro.

Crenaque, antes de se transformar em colônia penal, era habitado por uma tribo de índios do mesmo nome, hoje reduzida a não mais que 10 elementos, vitimada que foi por uma série de circunstâncias adversas — desde a gripe até a perseguição por aqueles que cobriavam, de maneira violenta, as suas terras.

O comandante da Guarda Rural Indígena, seu criador e o homem que idealizou a colônia "para recuperar índios degenerados", foi o mesmo que ordenou a expulsão do jornalista.

Alguns dias antes, em Belo Horizonte, demonstrando uma aparente boa vontade, o capitão da PM Manuel dos Santos Pinheiro afirmava taxativamente que "Crenaque é uma necessidade social para o índio que delinquir, mas que nunca irá se transformar em presídio correccional."

— Fui eu quem criou a GRIN e idealizou Crenaque. Meu trabalho já vem sendo desenvolvido há quase seis anos e acho que tem dado um bom resultado, com saldo extremamente positivo.

O capitão contou que, há pouco mais de cinco anos, ele foi enviado para o Vale do Jequitinhonha, quase na divisa com a Bahia, para conter os índios machacalis, que estavam revoltados com as invasões de suas terras:

— Tratei logo de prender os índios que lideravam o movimento — o capitão fala como se estivesse se referindo a marginais — e fui pouco a pouco restabelecendo a paz no local. Meu trabalho foi considerado excelente e assim fui convidado pela presidência da Funai para trabalhar com os índios de Minas Gerais.

O capitão Manuel dos Santos Pinheiro explica o mecanismo de funcionamento de Crenaque e, sempre orgulhoso, afirma que a criação da Guarda Rural Indígena veio, sobretudo, "resolver um problema de segurança nacional."

— Sim, o índio é fator de segurança nacional, pois quando ele se revolta cria a desordem a subversão e, deste modo, depois de preso, pela GRIN, é enviado a Crenaque, para reeducar-se e ser um índio bom.

O capitão continuou a explicar:

— Não aplicamos pena em Crenaque. O índio, pelo seu comportamento, é quem vai determinar o seu tempo de permanência na colônia. Ali ele receberá toda a assistência possível e trabalhará. Se for arredo, violento, será posto sob vigilância contínua e trancafiado ao anoitecer. Se não, terá liberdade

suficiente para locomover-se na colônia.

O policial explica que a intenção não é segregar o índio, "mas sim prepará-lo para o retorno ao convívio tribal do qual ele teve que ser afastado.

— Entendo perfeitamente o quanto é doloroso para o índio estar afastado de sua família, de seus filhos, mas é preciso que ele tire de sua cabeça as idéias erradas. Que aprenda a não matar e a não roubar.

Indagado como é que o índio, considerado juridicamente irresponsável, pode ser mantido sob regime penal, pois trata-se de medida aberratória por sua própria natureza e antiinstitucional o capitão disse:

— Ora, responde em tom grave e convicto: não se trata de uma prisão, propriamente. É uma espécie de reformatório para a reeducação. É uma necessidade social para o índio.

Conveniências

Crenaque, entretanto — ainda segundo o capitão — está com os seus dias contados, pois deverá transferir-se, brevemente, para uma fazenda perto de Belo Horizonte.

— Estamos nos transferindo para a Fazenda Guarani, cuja terra não é tão boa quanto a de Crenaque, com campos excelentes para cultivo. Aquelas terras, tempos atrás, foram arrendadas a fazendeiros da região pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios. Os fazendeiros — explica o capitão — deixaram de pagar as taxas de arrendamento alegando que a terra era devoluta. O SPI não tomou nenhuma medida jurídica e os problemas

se arrastaram por mais de 40 anos, sempre sob um forte clima de tensão entre fazendeiros e os índios da tribo Crenaque.

O capitão revela que a Fundação Nacional do Índio entrou com uma ação de reintegração de posse para definir de vez a questão:

— Recentemente, a Justiça federal concedeu medida liminar de reintegração que causou problemas graves de natureza social. Esse problema foi contornado pelo Governador Rondon Pacheco junto ao Governo federal.

Assim, ficou decidido que o Estado daria outra área à Funai, em troca das boas terras de Crenaque, que reverteriam ao patrimônio estadual, como área devoluta, permitindo aos posseiros de ali se fixarem definitivamente como proprietários rurais.

— O comandante da Polícia Militar de Minas Gerais — revela também o capitão — sensibilizado com o problema, que de alguma forma envolvia a corporação, pois a área estava sob responsabilidade de um oficial seu, que sou eu, ofereceu a Fazenda Guarani, localizada no Município de Carmésia, de propriedade da própria PM, para que o Governador solucionasse definitivamente a questão.

Enquanto alguns moradores de Crenaque — como o barqueiro Geuci Carneiro de Paula — contam alguns fatos ligados à história da colônia, envolvendo até mesmo perseguições a fugitivos, o capitão Manuel dos Santos Pinheiro afirma que o estabelecimento e a Guarda Rural por ele criados, "vieram a solucionar problemas bastante sérios e envolvendo comunidades indígenas."